



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0012687-14.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Usucapião - Usucapião Ordinária**
 Requerente: **Magdalena Carrero**
 Requerido: **Espólio de Antonio da Fonseca Guimarães**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MAGDALENA CARRERO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Usucapião em face de Companhia Paulista de Força e Luz e espólio de Antonio Fonseca Guimarães, objetivando a obtenção do domínio do imóvel localizado na Rua Cristóvão Martinelli, 118, no Distrito de Santa Eudóxia, município de São Carlos, SP, com área de 2.687,84 m², no qual reside desde 1949, conforme comprovantes que junta, salientando que sobre dito imóvel esteja a exercer posse, com ânimo de dono, de forma mansa e pacífica, desde então; daí porque pretendem seja acolhido o pedido.

Citados, por edital, o espólio de Antonio da Fonseca Guimarães, em nome de quem se acha transcrito o imóvel, os confrontantes e os terceiros interessados, foi nomeado curador especial para defendê-los, o qual apresentou contestação por negativa geral.

Citadas, ainda, as Fazendas Públicas, não houve contestação, diante do que os autores requereram o acolhimento do pedido feito na inicial. O Ministério Público deixou de intervir no feito.

Opinou nos autos o Oficial de Registro de Imóveis. Foi realizada prova pericial e, com esta nos autos, os autores pugnaram pelo acolhimento do pleito.

É o relatório.

DECIDO.

O pedido comporta deferimento pela via eleita.

Com efeito, a ausência de contestação implica em reconhecimento dos fatos alegados na petição inicial como verdade (art. 344 do Código de Processo Civil), e como fato que é, a posse fica também assim albergada pela presunção de veracidade.

Não bastasse, pronunciou-se nos autos o sr. Oficial de Registro de Imóveis, dando conta da regularidade do pedido em relação à situação do imóvel, conforme noticiado na inicial, tudo com a mais perfeita corroboração da prova pericial.

Sem oposição de confrontantes ou do Ministério Público, e respeitadas as medidas apuradas no trabalho pericial como os limites de fato e de direito para o novo título, é de se acolher o pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para atribuir à autora MAGDALENA CARRERO, o domínio do imóvel situado na Rua Cristóvão Martinelli, 118, no Distrito de Santa Eudóxia, município de São Carlos, SP, com área de 2.687,84 m², adotadas as medidas, limites e confrontações descritas no mapa e memorial descritivo do laudo pericial de fls. 76/82 e 89/92, as quais devem ser lançadas na nova matrícula.

Transitada em julgado, expeça-se o devido mandado para inscrição no Registro de Imóveis.

P. I.

São Carlos, 25 de maio de 2017.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**